

CONTRATO N° 073/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 062/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 047/2020

MUNICÍPIO DE FIRMINO ALVES - BA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 13.752.415/0001-63, com sede à Praça Pompílio Céo, n° 02, Centro, Firmino Alves-Ba, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Aurelino Moreno da Cunha Neto, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 0389462896 SSP BA, inscrito no CPF sob o n° 372.295.755-91, residente e domiciliado à Praça Pompílio Céo, n° 18, Centro, Firmino Alves-Ba, doravante denominado CONTRATANTE e o profissional, MARCO ANTONIO CARVALHO SANTANA, maior, capaz, residente na Rua Carlos Alberto Santos Padre, N° 12, CEP 45290-000, Tancredo Neves, Ibicui-BA, inscrito no CPF 404.788.235-68, com o RG. 02.505.688-37 SSP-BA, denominado doravante de CONTRATADO, que subscrevem o presente, resolvem de comum acordo e observando as normas da Lei 8.666/93, além do Processo administrativo n° 062/2020, Dispensa de Licitação n° 047/2020, ao qual está diretamente vinculado, firmar o presente contrato que será regido pelas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA I – <u>OBJETO</u>: Contratação de profissional para confecção de máscaras reutilizáveis para distribuição à funcionários e a população em situação de vulnerabilidade por conta da pandemia do coronavírus, no município de Firmino Alves - BA.

CLÁUSULA II - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados ou fornecidos pelo CONTRATADO nos termos do presente contrato. Ficando o CONTRATADO, obrigado a fornecer todos os elementos necessários ao seu fiel cumprimento.

III – <u>DO PREÇO:</u> Pela execução dos serviços contratados no âmbito deste Contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à quantia total estimada de R\$ 6.350,00 (Seis Mil Trezentos e Cinquenta Reais), pela confecção de 5.000,00 máscaras.

CLÁUSULA IV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, após a emissão da respectiva nota fiscal/fatura contendo quantidade de serviços equivalentes.

CLÁUSULA V - <u>CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO</u>

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do seguinte Elemento Orçamentário:

07 - Secretaria de Saúde

09 - Saúde





2087 – Ações Emergências de Combate ao Coronavirus (COVID-19) 3.3.90.36.00 Outros Serviços de terceiros-pessoa física

07 - Secretaria de Saúde

09 - Saúde

2022 - Manutenção da Secretaria de Saúde

3.3.90.36.00 Outros Serviços de terceiros-pessoa física

CLÁUSULA VI — <u>DAS GARANTIAS DE RESPONSABILIDADES DAS PARTES,</u> <u>MULTAS E PENALIDADE PELO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL</u>

A responsabilidade das partes está estabelecida nas cláusulas e condições abordadas. Pelo não cumprimento de qualquer uma das condições a parte prejudicada será ressarcida. O descumprimento, pala contratada, de quaisquer cláusula e/ou condições estabelecidas no presente instrumento ensejará a aplicação, pela contratante, das sansões constantes nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a saber:

I - Advertência:

- II Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo período de até 24 meses;
- III Multa de 1% (um por cento), por dia de atraso na prestação do serviço, ou parte deste, calculada sobre o valor correspondente;
- IV Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela não prestação de serviços;
- V Multa de 5% (cinco por cento) pela prestação dos serviços fora das especificações estabelecidas pela Contratante, aplicada sobre o valor contratado;
- VI Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

CLÁUSULA VII - CONSTITUI DIREITOS DA CONTRATANTE

- I Alterar o Contrato com as devidas justificativas, nos casos enumerados nos incisos I e II e alíneas deste artigo 65, da Lei 8.666/93.
- II Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contrato, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial. Art. 65, § 6º, da Lei 8.666/93.
- III Exigir o cumprimento fiel do Contrato pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial. Art. 66, da Lei 8.666/93.
- IV Obrigar o Contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.



- V Responsabilizar o Contratado pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, Art. 70 da Lei 8.666/93.
- VI Responsabilizar o Contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato. (Art. 71 "caput" da Lei 8.666/93).
- **VII -** A inadimplência do Contrato, com referencia aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização.
- **VIII** A administração rejeitará no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executando em desacordo com o contrato. Art. 76 da Lei 8.666/93.
- IX A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento. Art. 77 da Lei 8.666/93.
- X O descumprimento total ou parcial das Cláusulas descritas neste Contrato, implicará nas conseqüências previstas no Art. 78 e incisos desta Lei 8.666/93

CLÁUSULA VIII - CONSTITUI DIREITOS DO CONTRATADO

- I Em caso de rescisão, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
 - a) devolução de garantia se for o caso;
 - b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
 - c) pagamento do custo da desmobilização.
- II Rescindir o Contrato, em caso de supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- III Suspender o Contrato, em caso de atraso de pagamento superior a noventa dias, até que seja normalizada a situação. Art. 79, inc. XV, da Lei 8.666/93.
- **IV** Direito a prorrogação do Contrato, ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo. Art. 79, § 5º, da Lei 8.666/93.
- V Direito a indenização no caso de nulidade do Contrato, se este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente

(and



comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa. Art. 59 § único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO E DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

- I Ocorrendo as situações previstas nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, o presente Contrato poderá ser rescindido, na forma prescrita nos arts. 77 e 80 da mesma Lei.
- II A inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 do referido diploma legal, ensejará sua rescisão, com as seguintes conseqüências contratuais:
 - a) Aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sexta;
 - b) Execução da garantia contratual, se houver;
- III Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA X - <u>DO REGIME JURÍDICO E DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO</u> LICITATÓRIO.

O CONTRATO ora celebrado está submetido às regras da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e os casos omissos serão regulamentados pela legislação específica, especialmente as do Código Civil Brasileiro.

Este contrato está vinculado ao processo administrativo n° 062/2020, Dispensa de Licitação n° 047/2020 na forma prevista no art. 55, XI, c/c o art. 24 II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XI – DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Durante o período que vigora o presente contrato o **CONTRATADO**, manterá as condições de habilitação e qualificação exigidas através dos artigos 28 e 29 da Lei 8.663/93.

CLÁUSULA XII – <u>DA VIGÊNCIA</u>

O presente contrato entra em vigor a partir da data da sua assinatura e terá seu término em 30 de Junho de 2020.

CLÁUSULA XIII – <u>DO REGIME DE EXECUÇÃO</u>

O **CONTRATO** ora celebrado tem como Forma/Regime de Execução: Indireta por Preço Global.

CLÁUSULA XIV- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca da CONTRATANTE, como único, para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato, desde logo renunciando a qualquer outro foro, por mais especial que seja.

Hay.



E por acharem de comum e perfeito acordo, lavrou-se o presente contrato na presença das testemunhas abaixo assinadas em três vias de igual forma e teor.

Prefeitura Municipal de Firmino Alves - Bahia, 08 de Junho de 2020.

Aurelino Moreno da Cunha Neto Prefeito Municipal de Firmino Alves-Ba

CONTRATANTE

MARCO ANTÓNIO CARVALHO SANTANA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF N. 0328-449.725-00

CPF N °

65896831587

Han,



ATO DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2020

Acolho o Parecer Jurídico da Procuradoria do Município, tornando-o parte integrante deste ato e **RATIFICO** o presente termo para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, para autorizar a contratação da empresa abaixo identificada e nos seguintes termos:

CONTRATADO: o Sr. **MARCO ANTONIO CARVALHO SANTANA**, maior, capaz, residente na Rua Carlos Alberto Santos Padre, N° 12, CEP 45290-000, Tancredo Neves, Ibicui-BA, inscrito no CPF 404.788.235-68, com o RG. 02.505.688-37 SSP-BA.

OBJETO: Contratação de profissional para confecção de máscaras reutilizáveis para distribuição à funcionários e a população em situação de vulnerabilidade por conta da pandemia do coronavírus, no município de Firmino Alves – BA.

FUDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, vinculado ao Processo administrativo nº 062/2020, Dispensa de Licitação nº 047/2020, na forma prevista no art. 24 II da Lei 8.666/93.

DO REGIME DE EXECUÇÃO: O **CONTRATO** ora celebrado tem como Forma/Regime de Execução: Indireta por Preço Global.

VALOR TOTAL: Pela execução dos serviços contratados no âmbito deste Contrato, a CONTRATANTE pagará o CONTRATADO à quantia total estimada de R\$ 6.350,00 (Seis Mil Trezentos e Cinquenta Reais), pela confecção de 5.000,00 máscaras.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e terá seu término em 30 de Junho de 2020.

Firmino Alves - Bahia, 08 de Junho de 2020.

Aurelino Moreno da Cuma Neto Prefeito Municipal de Firmino Alves-Ba



EXTRATO DE CONTRATO

RESUMO DO CONTRATO Nº 073/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FIRMINO ALVES - BA, pessoa juridica de direito público interno, CNPJ nº 13.752.415/0001-63, com sede à Praça Pompílio Céo, nº 02, Centro, Firmino Alves-Ba, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Aurelino Moreno da Cunha Neto, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 609462896 SSP BA, inscrito no CPF sob o nº 372.295.755-91, residente e domiciliado à Praça Pompílio Céo, nº 18, Centro, Firmino Alves-Ba.

CONTRATADO: o Sr MARCO ANTONIO CARVALHO SANTANA, maior, capaz, residente na Rua Carlos Alberto Santos Padre, N° 12, CEP 45290-000, Tancredo Neves, Ibicui-BA, inscrito no CPF 404.788.235-68, com o RG. 02.505.688-37 SSP-BA.

OBJETO: Contratação de profissional para confecção de máscaras reutilizáveis para distribuição à funcionários e a população em situação de vulnerabilidade por conta da pandemia do coronavírus, no município de Firmino Alves – BA.

FUDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, vinculado ao Processo administrativo nº 062/2020, Dispensa de Licitação nº 047/2020, na forma prevista no art. 24 II da Lei 8.666/93.

DO REGIME DE EXECUÇÃO: O CONTRATO ora celebrado tem como Forma/Regime de Execução: Indireta por Preço Global.

VALOR TOTAL: Pela execução dos serviços contratados no âmbito deste Contrato, a CONTRATANTE pagará o CONTRATADO à quantia total estimada de R\$ 6.350,00 (Seis Mil Trezentos e Cinquenta Reais), pela confecção de 5.000,00 máscaras.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e terá seu término em 30 de Junho de 2020.

Firmino Alves - Bahia, 08 de Junho de 2020.

Aurelino Moreno da Cunha Neto Prefeito Municipal de Firmino Alves-Ba

MARCO ANTONIO CARVALHO SANTANA CONTRATADO